

Caracterização de perfis sociais e/ou psicológicos presentes em mulheres a partir de 16 anos que experienciaram relacionamentos conjugais abusivos na cidade de Imperatriz-MA

Characterization of social and/or psychological profiles present in women aged 16 and over who experienced abusive marital relationships in the city of Imperatriz-MA

Caracterización de perfiles sociales y/o psicológicos presentes en mujeres de 16 años y más que vivieron relaciones conyugales abusivas en la ciudad de Imperatriz-MA

Recebido: 14/09/2022 | Revisado: 26/09/2022 | Aceitado: 28/09/2022 | Publicado: 06/10/2022

Francisca Raquel de Sousa dos Anjos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2477-891X>

Universidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Brasil

E-mail: rakelshow_@hotmail.com

Nilson Muniz dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8821-9987>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: nilson.santos@unisulma.edu.br

Resumo

A presente pesquisa caracteriza-se pelo interesse do explorador em buscar dados quantitativos do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) no ano de 2021. Esse espaço é destinado a conceder acolhimento e atendimento humanizado às mulheres que estão em situação de violência, assim, promovendo atendimento social e psicológico, com orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação de violência, cooperando para o fortalecimento da mulher. Para coleta de dados realizou-se uma análise documental quantitativa das anamneses realizadas pela equipe de Serviço Social do CRAM no período de janeiro a dezembro de 2021. Diante de tudo exposto, observou-se que os casos apresentam um aglomerado de motivos fúteis que levam a violência física por parte do homem, o que demonstra a grande necessidade de tratamento e punição aos homens que não conseguem administrar seus impulsos e utilizam da força física, econômica ou psicológica para abusar das mulheres.

Palavras-chave: Relacionamento; Violência; Psicológica.

Abstract

The present research is characterized by the explorer's interest in seeking quantitative data from the Reference Center for Assistance to Women (CRAM) in the year 2021. This space is intended to provide reception and humanized care to women who are in situations of violence, as well as, promoting social and psychological care, with guidance and legal referrals necessary to overcome violence, cooperating to strengthen women. For data collection, a quantitative documentary analysis of the anamnesis carried out by the CRAM Social Service team from January to December 2021 was carried out. physical violence by men, which demonstrates the great need for treatment and punishment for men who cannot manage their impulses and use physical, economic or psychological force to abuse women.

Keywords: Relationship; Violence; Psychological.

Resumen

La presente investigación se caracteriza por el interés de la exploradora en buscar datos cuantitativos del Centro de Referencia de Atención a la Mujer (CRAM) en el año 2021. Este espacio está destinado a brindar acogida y atención humanizada a mujeres que se encuentran en situación de violencia, así como as, promoviendo la atención social y psicológica, con la orientación y las referencias legales necesarias para la superación de la violencia, cooperando al fortalecimiento de las mujeres. Para la recolección de datos se realizó un análisis documental cuantitativo de la anamnesis realizada por el equipo del Servicio Social del CRAM de enero a diciembre de 2021. violencia física por parte de los hombres, lo que demuestra la gran necesidad de tratamiento y castigo para los hombres que no pueden controlar sus impulsos y usar la fuerza física, económica o psicológica para abusar de las mujeres.

Palabras clave: Relación; Violencia; Psicológica.

1. Introdução

Define-se relacionamentos amorosos como aqueles que há contato entre dois indivíduos, sendo sexuais ou não. Os estudiosos trazem através de alguns estudos os impactos e transformações histórico-culturais, focando nos casos e nos comportamentos do casal, mais ficam evidentes as mudanças no papel da mulher, dentre várias outras modificações nas formas delas se envolverem em seus relacionamentos (Costa & Cenci, 2014; Smeha & Oliveira, 2013).

Muitos casais têm como foco principal para a sua união o sentimento amoroso, e sua maior relevância é a intimidade com o outro, mostrando que através do sentimento que foi construído há razões para constituir um casal. Londero-Santos, Natividade e Carneiro (2021, p. 12) apontam que “a sexualidade pode ser um aspecto específico que contribui para a satisfação global com o relacionamento, no entanto, outros aspectos também podem contribuir para essa avaliação global (e.g., satisfação com as divisões de tarefa entre o casal)”. Porém uma das partes por possuir um sentimento maior por seu parceiro, por estar mais disposto a ceder, ouvir mais e acatar as opções do outro, acarreta encontrar motivos não existentes que o levam a permanência em um relacionamento abusivo, contudo, não são como uma regra geral (Soares, 2005).

Partindo desse ponto, o sentimento torna-se diferente para cada pessoa e também as expectativas de cada um e como o indivíduo se sente. Pois como já sabemos, o meio em que vivemos influencia bastante no comportamento de cada sujeito e por isso cada ser tem uma forma de vivência ímpar e precisa ser respeitada (Smeha & Oliveira, 2013 cf. Cavalcanti & Chaves, 2010)

Vários fatores podem ser considerados como indicativos de risco para o acontecimento da violência, dentre eles, as experiências na família de origem, as características de personalidade dos cônjuges, as características relacionais, assim como, as dificuldades de comunicação e de resolução de conflitos, além das questões contextuais (nível educacional, emprego, renda, entre outros), que também têm grau de importância no relacionamento e podem influenciar negativamente para a ocorrência de violência no mesmo (Babalola et al., 2014; Stith & Mccollum, 2011 cf. Rosa & Falckle, 2014; Bobato et al., 2021). Sendo assim, “a violência nas relações afetivas entre namorados é um problema grave, envolve vários fatores e provoca diversos efeitos negativos.” (Minayo, Assis & Njaine, 2011, p. 207).

De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres a violência pode ser caracterizada também como, “ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, costumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” (Brasil, 2011, p. 22).

Os Direitos Humanos (2020, n.p), os tipos de violência que as mulheres sofrem em seus relacionamentos são, as “formas de violência são como violência física (homicídio doloso, feminicídio, tentativa de homicídio, tentativa de feminicídio e lesão corporal dolosa), violência sexual (estupro, tentativa de estupro, importunação sexual, importunação ofensiva ao pudor, assédio sexual e ato obsceno)”, também a “violência psicológica (ameaça e constrangimento), violência moral (calúnia, injúria, difamação e divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) e violência patrimonial (violência de domicílio, supressão de documentos e dano)”

Segundo Silva e Silva (2020, p. 3), “pensando nas diferentes formas de violência e nos prejuízos que estas podem acarretar na vida da mulher, algumas áreas de estudos da Psicologia tentam explicar porque esse tipo de comportamento acontece [...]”. Os mesmos autores ressaltam que uma dessas áreas é a análise do comportamento, na qual a violência nas relações conjugais faz parte das relações e da comunicação entre casais, podendo proporcionar, assim, uma oscilação entre o amor e adór.

Existe inúmeras dificuldades que impedem uma pessoa sair de relação de abuso podendo haver diversas questões, entre elas: econômicas, emocionais, e pela burocracia - por ser um processo longo e cansativo (Lourenço & Costa, 2020;

Gomes & Assunção, 2022). Sendo assim, a opressão e a submissão da mulher partem de fatores econômicos devido às propriedades privadas e também às classes sociais e às condições da mesma, que estariam atreladas ao modo de produção e reprodução. Lopes & Silva (2021, p. 167) afirmam que é “necessária uma maior conscientização da sociedade sobre esses fatores aqui citados, para que as vítimas possam discriminar a diferença de relacionamentos que podem ser considerados abusivos de outros, não abusivos”. Assim como, “é necessário que os órgãos públicos e profissionais da área da Saúde, a incluir Psicólogos, estejam sensíveis a essa realidade, e que forneçam todo o apoio necessário para que as vítimas tenham condições de discriminar e treinar habilidades para sair deste tipo de relacionamento” (Lopes & Silva, 2021, p. 167).

Tratando-se do lado afetivo e emocional, a mulher percebe-se presa a um relacionamento por ouvir diversas vezes do próprio companheiro que não conseguirá outra pessoa para estar ao seu lado por ser feia, gorda, magra, alta, construindo na mente da mesma que seus aspectos físicos irão afastar qualquer atração que outro possa ter por ela (Silva et al., 2020).

De acordo com Hirigoyen (2006), por não ser uma coisa de fácil solução, surge à tensão, está por sua vez vêm acompanhadas pela irritabilidade do homem, a violência dele se manifesta por olhares, mímicas, atitudes ou pelo tom da voz. A mulher procura acalmar a situação, renunciando aos seus desejos e procurando satisfazer o companheiro, porém, as coisas começam a se agravar chegando ao ponto da agressão verbal e a comportamentos explosivos de ira. Assim o homem começa a perder o controle e apresentam comportamentos violentos através de gritos, insultos, ameaças, quebra de objetos da casa e, muitas vezes, chegando a agredir a mulher fisicamente.

Levando em consideração que os relacionamentos abusivos, aqueles onde há agressão física, psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial, são geradores de muitas situações de violências por resultar em sofrimento físico e/ou psíquico, como por exemplo, a depressão, o estresse pós-traumático, a tendência ao suicídio e o consumo de substâncias psicoativas (Gomes et al., 2012; Baldissera et al., 2021; D’Agostini et al., 2021).

A dependência emocional que leva as mulheres a permanecerem relacionamentos abusivos, Norwood (2005), baseando-se em sua experiência como psicoterapeuta de mulheres vítimas de algum tipo de violência em relacionamentos, escreveu em sua obra “Mulheres que amam demais”, que mulheres que tiveram infâncias complicadas apresentam possibilidades de relacionarem com homens problemáticos, pois estes relacionamentos passam a ser uma espécie de recriação das realidades vivenciada quando eram crianças (Norwood, 2005).

Segundo essa retórica terapêutica, relacionamentos abusivos são condenados pelos graves danos que acarretam à autoestima dos indivíduos, e recuperá-la torna-se sinal de bravura e autenticidade. Já a baixa autoestima é considerada como causa e consequência dos relacionamentos abusivos: “níveis escassos de autoestima restringem [...] a capacidade dos indivíduos controlarem a própria vida (Freire Filho, 2013, p. 44). Além do mais, o patriarcado reforça o excesso de poder, pois, é “um conjunto de contingências sociais que estabelece a hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina, na qual homens concentram maior acesso a reforçadores do que mulheres” (Nicolodi, 2020, p. 46).

Pode-se afirmar que as experiências de alguém dependem, ao menos parcialmente, dos sentidos e descrições que este indivíduo atribui a elas. Toda experiência é mediada e pelos discursos disponíveis em uma cultura e pelas normas e valores imbuídos nela, assim, a experiência do sujeito é ímpar. A memória nunca é “pura”, ela não é “uma reconstituição do passado, mas sempre uma reconstrução feita a partir do presente, ancorada nas categorias de pensamento e de linguagem daqueles que lembram” (Lerner, 2013, p. 196).

Desta forma, este estudo tem como uma de suas propostas evidenciar possíveis elementos que embasam um perfil de mulheres que vivenciaram relacionamentos abusivos e quais os mecanismos a fim de subsidiar, posteriormente informações que possibilitam a orientação desse público e de políticas mais customizada para o enfrentamento desta lamentável realidade.

2. Metodologia

Utilizou-se do método de pesquisa documental que, de acordo com Silva, Falbo e Cabral (2009, p. 4557), proporciona a análise acerca de determinado problema “de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social”.

Dessa forma, aplicou-se a análise de dados quantitativos que trazem um volume maior de informações que podem ser comparadas entre elas, os dados obtidos têm total relevância para construção de todo o trabalho, com o delineamento da pesquisa descritiva que analisa relatos de casos e relatos de séries de casos ou às populações (ecológicos). Nos estudos ecológicos, os dados se referem a grupos de pessoas, então não são relevantes os dados individuais. A unidade de análise é uma população ou grupo de uma área geográfica definida.

Foi-se utilizado uma ficha sociodemográfica, entrevista semiestruturada de 21 questões para nortear a análise de dados, estes que são elaborados pelo CRAM. As fichas avaliadas conterão dados quantitativos referente às mulheres que procuraram algum serviço de proteção contra violência doméstica ou familiar no CRAM no período de janeiro a dezembro do ano de 2021.

3. Resultados e Discussão

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), caracteriza-se como um espaço composto por serviços que são oferecidos à comunidade da cidade de Imperatriz – MA por meio da Secretaria da Mulher, objetivando a prevenção e o enfrentamento da violência contra mulher. Fundado em outubro de 2010, o CRAM é um espaço reservado a prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher por meio de ações especializadas, atendimento psicológico, pedagógico e social, bem como encaminhamento à rede de serviços do município.

Desde sua fundação até março de 2022 o CRAM atendeu 2.286 mulheres. Elas chegaram ao serviço por encaminhamento jurídico, recebendo atendimento social e psicológico, sendo que estes foram fornecidos por escutas sensíveis, atendimento em grupos e rodas de conversas. As mulheres também participam de cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres - SMPM, como o objetivo de promover autonomia financeira.

Quanto aos aspectos preventivos, o CRAM realiza oficinas, cursos e palestras nos Centros de Referência de Assistência Social, escolas privadas e públicas, dentre outros estabelecimentos e entidades. Entretanto, é relevante salientar que, ainda com todo este suporte de alcance, ainda há muitas mulheres que não chegam ao serviço por falta de motivação ou por medo e, talvez, desconhecimento do serviço. Como pode ser observado na Tabela 1 a seguir, a busca pelo serviço pode ocorrer por encaminhamento de outros órgãos.

Tabela 1. Busca pelo Serviço.

Especificação	Quantidade	Percentual
Espontânea	14	7,9 %
Encaminhada Pela Saúde	9	5,1 %
Segurança Pública (Dem)	105	59,0 %
Assistência Social	2	1,1 %
Justiça	34	19,1 %
Sociedade Civil	0	0,0 %
Casa da Mulher Maranhense	0	0,0 %
Outros	14	7,9 %
Total Geral	178	100,0 %

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Nesse sentido, levando em conta o estudo documental e a análise de dados obtidas a partir das *anamneses* do Serviço Social, acerca do perfil das mulheres atendidas no CRAM da cidade de Imperatriz – MA, com base em informações quantitativas, sem a identificação pessoal do público atendido, no período de janeiro à dezembro de 2021, foi possível verificar um total de 178 atendimentos realizados, como foi demonstrada anteriormente na Tabela 1.

Dentre estes, a busca pelo serviço ocorreu majoritariamente através da Segurança Pública caracterizando um total de 105 ocorrências. Além desta, tem-se ainda 34 buscas advindas de meios judiciários, 14 por busca espontânea, 09 encaminhados pela saúde, 02 pela assistência social e 14 caracterizados como “outros”. A seguir na Tabela 2, iremos apresentar a faixa etária das mulheres que buscam pelo serviço.

Tabela 2. Faixa Etária.

Especificação	Quantidade	Percentual
16 a 25 anos	41	23,6 %
26 a 40 anos	86	49,4 %
41 a 60 anos	44	25,3 %
Acima de 60 anos	3	1,7 %
Total Geral	174	100,0 %

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Seguindo este primeiro item, o documento contempla dados relacionados à identificação. No que diz respeito à faixa etária, como foi demonstrado na Tabela 2, encontra-se uma prevalência de mulheres com idade entre 36 e 40 anos, que contempla 86 ocorrências. Além destas, há 44 ocorrências de mulheres com idade entre 41 e 60 anos, 41 ocorrências de mulheres na faixa etária de 16 a 25 anos e 03 ocorrências de mulheres acima de 60 anos.

Entendendo que a idade civil para atos como casamento, união estável ou construção de um núcleo familiar se pauta aos 18 anos, chama a atenção adolescentes de 16 e 17 anos que ainda não teriam condições sequer, salvo consentimento das famílias, de contrair tais responsabilidades, já estarem sofrendo de violência doméstica e família. A seguir apresentaremos a Tabela 3 que consta a Raça/Cor/Etnia das participantes.

Tabela 3. Raça/Cor/Etnia.

Especificação	Quantidade	Percentual
Branca	33	18,5%
Negra	21	11,8%
Parda	110	61,8%
Indígena	0	0,0%
Não se identificou	14	7,9%
Total Geral	178	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

No que se refere à raça/cor/etnia, 110 das mulheres atendidas se autodeclararam pardas, 33 brancas, 21 negras e 14 não se identificaram, conforme apresentamos na Tabela 3. Nesse sentido, pontua-se uma importante questão racial, que diz respeito ao fato de que a mulher negra vivencia uma situação que perpassa uma dupla discriminação, no que se refere à “ser mulher em uma sociedade veladamente machista e misógina, além de ser negra em uma sociedade racista” (Alfaia, 2019, p. 28). Os dados em análise evidenciam um percentual maior de violência contra mulheres pardas e negras em detrimento às

mulheres brancas, partindo do pressuposto de que, muitas mulheres negras, não raro, se autodeclararam pardas. Quanto ao estado civil das participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 4.

Tabela 4. Estado Civil.

Especificação	Quantidade	Percentual
Solteira	76	42,7%
Casada	40	22,5%
Viúva	2	1,1%
Divorciada	31	17,4%
Separada De Corpos	7	3,9%
União Estável	22	12,4%
Total Geral	178	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Quanto ao estado civil, 76 mulheres solteiras, 40 casadas, 31 divorciadas, 22 em união estável, 07 separadas de corpos e 02 viúvas, conforme foi apresentado na Tabela 4, acima. Um estudo realizado por Pinto (2018), pontua que as mulheres que são agredidas constantemente, possuem a tendência de recorrer às autoridades. Entretanto, as mulheres que são agredidas com menos constância, costumam optar mais ligeiramente pelo divórcio. Segundo a pesquisa feita pela autora, a busca por intervenções autoritárias pode acontecer em decorrência do medo já sentido pelas mulheres que são agredidas com maior frequência.

Entende-se que o processo de divórcio traz consigo uma série de implicações jurídicas, desde separação de bens, guardas de menores, pensões alimentícias, às vezes honorários advocatícios, desgaste emocional e tempo. E neste intervalo nem sempre há um lugar onde está mulher possa aguardar, sendo que, quando se consegue uma medida protetiva, há prazo determinado e o afastamento do agressor não é algo tão simples.

Contudo a pesquisa mostra 76 mulheres solteiras, que não necessitariam tanto deste aparato estatal que se somadas as 31 divorciadas representariam mais de 56% desta amostra. Não se é possível afirmar, no caso, das divorciadas, se o atual conflito ocorre com o companheiro anterior ou com um novo, porém há um ponto em comum: se for o anterior o que a fez retornar depois de vencida uma batalha na justiça? Se for um novo o que a mantém nesta relação que ela conseguiu, em um momento anterior, se desvencilhar de que a fazia mal? Quanto o nível de escolaridade das participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 5.

Tabela 5. Escolaridade.

Especificação	Quantidade	Percentual
Ensino Fundamental Completo	12	6,7%
Ensino Fundamental Incompleto	37	20,8%
Ensino Médio Completo	79	44,4%
Ensino Médio Incompleto	14	7,9%
Ensino Superior Completo	16	9,0%
Ensino Superior Incompleto	11	6,2%
Sem Escolaridade	4	2,2%
Não mencionou	5	2,8%
Total Geral	178	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

A escolaridade prevalente foi o ensino médio completo, que contempla 79 mulheres. Dentro da amostra total, 16 possuem o ensino superior completo e 04 não possuem escolaridade. Além destas, 37 pessoas não concluíram o ensino fundamental e 12 pessoas concluíram, mas não ingressaram no ensino médio, sendo que outras 14 ingressaram no ensino médio, mas não concluíram e outras 11 possuem o ensino superior incompleto, conforme foi apresentado na Tabela 5, acima.

Os dados relacionados à escolaridade das mulheres em situação de vulnerabilidade são de extrema relevância uma vez que, quanto mais esclarecida, por menos tempo a mulher admitirá a situação de violência. De acordo com Gomes et al. (2012, p.112), uma “pesquisa realizada com 2.128 mulheres em situação de violência por parceiro íntimo revelou que possuir poucos anos de escolaridade é um fator associado à vivência de violência, o que também guarda relação com a naturalização da violência”.

A amostra apresentou situações inusitadas as referências apontadas por Gomes et al. (2012), pois deste universo, apenas 2,2% de mulheres não são alfabetizadas. A esmagadora maioria 97,8% têm algum grau de instrução. Se utilizar a referência de uma boa escolarização a partir do ensino médio, acrescentando aquelas com formação universitária, tem o percentual de 59,6% de mulheres com uma relativa formação. Ou seja, mais da metade! Existe algo além da educação formal que mantém mulheres neste dilema.

Assim, compreende-se a dificuldade para cessar o ciclo de violência. Além disso, é importante ponderar que o grau de dependência econômica da pessoa em foco, tem relação direta com o seu nível de escolaridade, pois, este constitui pré-requisito para entrada Tabela 6.

Tabela 6. Moradia.

Especificação	Quantidade	Percentual
Própria	73	41,0%
Alugada	53	29,8%
Cedida	20	11,2%
Familiares	29	16,3%
Não Informou	3	1,7%
Total Geral	178	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

No que diz respeito à moradia, 73 mulheres possuem sua própria moradia, 53 vivem de aluguel, 29 moram com familiares, 20 residem em casa cedida e 03 mulheres optaram por não informar, conforme foi apresentado na Tabela 6, acima. O maior fluxo de mulheres que buscaram os serviços do CRAM no ano de 2021, residem nos bairros Nova Imperatriz (15 mulheres), Vila Lobão (12 mulheres), Vila Vitória(10 mulheres), Centro (10 mulheres) e Bacuri (10 mulheres).

Não foi possível dispor da população de cada um destes bairros a fim de identificar se os maiores números são proporcionais a quantidade de moradores de cada um, ou se tem relação com equipamentos sociais públicos (ou falta deles), acessos a serviços de proteção à mulher ou outras questões não aludidas aqui.

No que se concerne à moradia, 41% afirmam ter casa própria, no entanto, pelos dados fornecidos não foi possível identificar deste número, quantas são casadas, quantas solteiras, etc. Sem essa informação, resta hipotetizar sobre alguns cenários: a) a mulher sendo casada deverá, na maioria dos casos dividir os bens, o mesmo caso para união estável; b) a mulher sendo solteira e tendo o imóvel em sua posse, o que a manteria na relação? Nos demais casos a separação tenderá a colocar a mulher em vulnerabilidade social e insegurança habitacional.

Dessa forma, resta apenas a inferência fato de não se ter um local para habitação caso terminasse a relação, ser uma das causas de permanência em uma relação abusiva. A esta questão, em algumas situações, eram adicionados os problemas

relacionados com a dependência econômica da mulher. Ou seja, o fato de a mulher ser dependente economicamente do parceiro, faz com que a mulher decida continuar na relação pois saindo de casa não terá meios de sobrevivência nem modo de apoiar os filhos. No que se refere a religião das participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 7.

Tabela 7. Religião.

Especificação	Quantidade	Percentual
Católica	64	36%
Evangélica	91	51%
Espírita	0	0%
Outras	9	5%
Sem frequentar	14	8%
Total Geral	178	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Quanto à identificação religiosa, 91 mulheres informaram frequentar igrejas evangélicas, 64 mulheres frequentam igrejas católicas, 09 frequentam outras religiões e 14 não frequentam nenhuma, conforme foi apresentado na Tabela 7, acima. Esse dado contempla o que Souza e Oshiro (2018, p. 203) pontuam ao trazer à tona a ideia de que “dependendo do nível de envolvimento das mulheres evangélicas com a Igreja, esta pode desempenhar papel fundamental para a permanência ou para a ruptura de suas “fiéis” com casamentos violentos”.

Não é objeto de questão neste ponto, a profissão de fé, no entanto, estes dois públicos somados chegam a 87% das mulheres que sofrem vítimas de violência doméstica e familiar. Há necessidade de se fazer uma nova leitura sobre este tipo de união, e sua manutenção a qualquer custo, muitas das vezes até uma morte prematura ou via homicídio. Dentro dos princípios cristãos, a paz e o amor são bandeiras fundamentais, que em nada coadunam com violência e agressão injustas.

Sobre o fato de as participantes terem filhos (as), apresentaremos a seguir na Tabela 8. E, sobre a quantidade, apresentaremos na Tabela 9 a seguir.

Tabela 8. Filhos.

Especificação	Quantidade	Percentual
Sim	156	88%
Não	21	12%
Não Informou	1	1%
Total Geral	178	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Tabela 9. Quantidade de Filhos.

Especificação	Quantidade	Percentual
Apenas 01	54	30%
01 a 03	97	54%
Acima de 04	26	15%
Não Possui	0	0%
Não Informou	1	1%
Total Geral	178	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

No subitem “Filhos”, 156 das mulheres atendidas possuem filhos, sendo que, dentre estas, 97 possuem a quantidade que varia de 01 a 03 filhos, outras 54 mulheres relatam ter apenas 01 e outras 26 relatam ter acima de 04, conforme foi apresentado na Tabela 8, acima. Se levar em conta, dentro de um modelo capitalista, do qual sua condição de consumidor só se torna viável a partir da força de trabalho ou controlados bens de produção, sem as quais se inviabiliza o usufruto de bens e serviços sociais, em sua maioria, o número de filhos impacta diretamente sobre o poder de escolha de uma mulher que necessita sustentar, pelo menos dois seres (realidade de mais de 69% das pesquisadas) e não se vê ou possui condições para tais atos, conforme foi apresentado na Tabela 9, acima.

A Tabela 10 abaixo lista as profissões das mulheres que procuraram o serviço do CRAM, logo em seguida também será exibido a condição de trabalho, na época da procura do serviço, bem como a renda percebida por este público.

Tabela 10. Profissão.

Especificação	Quantidade	Percentual
Não Trabalha Fora/ Do Lar	45	27,4%
Auxiliar De Serviços Gerais	13	7,9%
Manicure	7	4,3%
Autônoma	1	0,6%
Atendente	4	2,4%
Pedagoga	1	0,6%
Estudante	7	4,3%
Corretora De Imóveis	1	0,6%
Cozinheira	4	2,4%
Vendedora	30	18,3%
Microempreendedora	2	1,2%
Técnica Em Enfermagem	3	1,8%
Aposentada	0	0,0%
Balconista/Operadora De Caixa	6	3,7%
Secretária/ Recepcionista	5	3,0%
Costureira	5	3,0%
Auxiliar Administrativo	3	1,8%
Técnica Em Segurança Do Trabalho	1	0,6%
Professora	3	1,8%
Advogada	3	1,8%
Cabeleireira	1	0,6%
Empregada Doméstica	8	4,9%
Fisioterapeuta	1	0,6%
Repórter	1	0,6%
Cuidadora/Babá	3	1,8%
Comerciante	3	1,8%
Não Informou	3	1,8%
Total Geral	164	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Na Tabela 10 apresentada acima, há falta de 12 respostas, tendo em vista que a ficha se refere a um levantamento deste quantitativo de mulheres. Não se sabe se o motivo da ausência e falta de formação ou trabalho específico. A partir dos dados 27,4% afirmam cuidarem exclusivamente dos trabalhos domésticos. Depois desse dado, uma outra atividade que se

concentra as mulheres vítimas de violência é em ocupações do comércio, 18,3% são vendedoras e serviços gerais (7,9%). Os demais casos se diluem em atividades com menos de 05% de concentração das mulheres atendidas. Uma outra observação interessante a se fazer é sobre estas vítimas com formação superior, que se somadas chega a um percentual de 3%, demonstrando que a formação pode ser um fator protetivo. Ressalta-se, porém, que isso não tem poder de imunidade a favor das mulheres, tendo em vista que 1,8% destas pessoas são advogadas, que operam no direito, e ainda assim não é suficiente para intimidar seus agressores. Quanto a situação de trabalho das participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 11.

Tabela 11. Situação de Trabalho.

Especificação	Quantidade	Percentual
Empregada	42	24%
Desempregada	72	40%
Autônoma	56	31%
Outros	8	4%
Total Geral	178	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Nesta Tabela 11, outra ponderação se faz necessária. Apenas 24% têm empregos com direitos trabalhistas garantidos. Os demais casos são de autonomia, que em alguns casos tem precariedade de seguridade social e 40% de desemprego. Ou seja, ainda que a mulher alcance uma profissão, a situação de falta de renda própria torna-se um fator de vulnerabilidade e dependência econômica. Quanto a renda das participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 12.

Tabela 12. Renda.

Especificação	Quantidade	Percentual
Sem Renda	48	27%
Menos de 01 Salário Mínimo	52	29%
01 Salário Mínimo	49	27%
01 a 03 Salário Mínimo	28	16%
Acima 04 Salário Mínimo	3	2%
Total Geral	180	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Tão relevante quanto a renda, é sua capacidade de suprir as necessidades básicas de uma família. Nota-se que 27% não dispõe de salário algum, enquanto 29% de apenas 01. Pensar que somente 2% da amostra tem salários acima de R\$ 4.800,00, com famílias que podem chegar a mais de 06 pessoas mostra o impacto que a saúde financeira provoca na vida dessas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme foi apresentado na Tabela 12, acima. Ter fontes de sustentos, e estas com capacidade de suprir todas as necessidades básicas da mulher e sua prole é fator protetivo, na ausência destas condições o rompimento com o ciclo de violência torna-se mais difícil. Os dados que trazem à tona as questões socioeconômicas destas mulheres, concordam com o pressuposto de que a dependência econômica do parceiro, faz com que a mulher decida permanecer na relação, tendo em vista que, no momento em que esta decide sair de casa, há uma escassez de meios para a sobrevivência e para o sustento dos filhos (Pinto, 2018). Quanto ao benefício social das participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 13.

Tabela 13. Benefício Social.

Especificação	Quantidade	Percentual
Sim	68	38%
Não	110	62%
Total Geral	178	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

E mesmo com a existência de benefícios sociais, tal medida só alcançou 38% destas mulheres, ou seja, a maioria encontra-se descoberta desta seguridade e necessitando de amparo estatal, conforme foi apresentado na Tabela 13, acima. E verificando a natureza destes benefícios outros dados chamam a atenção, que apresentaremos a seguir na Tabela 14.

Tabela 14. Qual Benefício?

Especificação	Quantidade	Percentual
Programa Bolsa Família	39	57,4%
Benefício De Prestação Continuada-BPC	5	7,4%
Aposentadoria	7	10,3%
Pensão Alimentícia	6	8,8%
Outros	11	16,2%
Não Possui	0	0,0%
Total Geral	68	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

As ações do Governo Federal representam 64,7% do repasse de benefícios sociais as mulheres, (lembrando que estamos falando apenas de 38% deste universo estudado). Estados e municípios podem contribuir para uma melhoria desta cobertura, planejamento políticas para este grupo que não tem nenhum suporte social, conforme foi apresentado na Tabela 14, acima. Quanto aos tipos de violência sofrida pelas participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 15.

Tabela 15. Tipos de Violência.

Especificação	Quantidade	Percentual
Física	103	21,8%
Psicológica	159	33,6%
Sexual	31	6,6%
Patrimonial	82	17,3%
Moral	95	20,1%
Institucional	2	0,4%
Outros	1	0,2%
Total Geral	473	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Quanto aos tipos de violência, a psicológica foi identificada com maior percentual. Acredita-se que este dado ainda carece exatidão, pois entende-se ser essa a primeira a ocorrer antes das demais. Em seguida tem-se a física (21,8%), a moral (20,1%) e logo após, a patrimonial com 17,3%, conforme foi apresentado na Tabela 15, acima. Entender sobre a violência psicológica, suas características e formas mais assertivas para demonstração de sua materialidade enquanto provas, uma vez

que suas marcas são subjetivas, não sendo passíveis de detecção junto ao exame de corpo de delito, é um dos grandes desafios que se impõem ao sistema de justiça e de proteção à mulher.

Acerca da violência psicológica, um estudo feito por Burd e Martins (2018) pontua que a violência psicológica contra a mulher é prolongada pelo companheiro na tentativa de amedrontá-la e obrigá-la a permanecer na relação conjugal, propiciando à vítima sentimento de impotência, fragilidade, humilhação, medo e tristeza.

Dessa forma, a mulher não dissolve o silêncio da violência por medo de vingança e até mesmo da morte, diante da reação do agressor. Nesse sentido, a violência psicológica acaba se tornando velada dentro do lar, o agressor atua de forma com que a vítima se sinta sujeita ao relacionamento, mesmo diante do sofrimento de constantes palavras depreciativas e diminuições. Sobre o grau de relação/parentesco com o autor da violência em relação às participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 16.

Tabela 16. Tipos de Violência.

Especificação	Quantidade	Percentual
Marido/Companheiro	51	29,1%
Ex-Marido/Ex-Companheiro	69	39,4%
Namorado	3	1,7%
Ex-Namorado	11	6,3%
Familiar (Tio, Filho, Irmão...)	26	14,9%
Conhecido (Amigo, Colega De Trabalho...)	15	8,6%
Desconhecido	0	0,0%
Outros	0	0,0%
Total Geral	175	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

No que diz respeito ao grau de relação/parentesco com o autor da violência, geralmente acontece com ex-marido ou ex-companheiro (69 ocorrências), em seguida acontece com marido ou companheiro (51 ocorrências). Ainda há registros de ocorrências com familiar – tio, filho irmão, etc. (26 ocorrências), conhecido – amigo, colega de trabalho, etc. (15 ocorrências), ex-namorado (11 ocorrências) e namorado (03 ocorrências), conforme foi apresentado na Tabela 16, acima.

Quando se verifica o quadro sobre o autor da agressão, uma realidade lamentável se impõe: A vítima, em todos os casos conhecia seu agressor! Mais grave que isso é o fato de o autor ter um vínculo com a mulher que deveria ser de cuidado, proteção e respeito. Não somente o crime é bárbaro pela imposição da violência contra o outro, mas pelo fato de se apropriar de um lugar de privilegiado de aproximação para cometer crimes. Sem dúvida, é um dos atos mais covardes realizados por estes homens. Quanto ao local de violência sofrida pelas participantes, apresentaremos a seguir na Tabela 17.

Tabela 17. Local da Violência.

Especificação	Quantidade	Percentual
Residência de ambos	75	42,1%
Residência da mulher	54	30,3%
Residência do autor da agressão	7	3,9%
Casa de parente	2	1,1%
Local de Trabalho	3	1,7%
Telefone/ redes sociais	19	10,7%
Outros (bar, hotel, matagal...)	18	10,1%
Não informou	0	0,0%
Total Geral	178	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

A Constituição Federativa do Brasil (Brasil, 1988) arrola o Domicílio como asilo inviolável, estabelecendo regras, inclusive para o próprio Estado, poder adentrar nele, em ocasiões que, por última instância o bem público ou individual está em ameaça iminente. Para estes homens não há lei, pois utilizam deste espaço para, dentro das paredes da privacidade que estas casas garantem, praticar crimes, abusar de suas vítimas e ainda forçarem a ter um convívio com aqueles que lhes ferem. É neste local que 89,9% das agressões ocorreram, enquanto 10,9% aconteceram em espaços públicos ou abertos, conforme foi apresentado na Tabela 17, acima. No que se refere a motivação da violência sofrida pelas participantes, apresentaremos na Tabela 18 a seguir.

Tabela 18. Motivação da Violência.

Especificação	Quantidade	Percentual
Ciúme	83	22,4%
Machismo	117	31,5%
Traição	24	6,5%
Comportamento Agressivo	105	28,3%
Conflito Familiar	25	6,7%
Uso Abusivo De Drogas	17	4,6%
Não Mencionou	0	0,0%
Total Geral	371	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Acerca da motivação da violência, de acordo com o relato da mulher, esta geralmente acontece devido a machismo (117 ocorrências), comportamento agressivo (105 ocorrências), ciúme (83 ocorrências), conflito familiar (25 ocorrências), traição (24 ocorrências) e uso abusivo de drogas – álcool, maconha, craque (17 ocorrências), conforme foi apresentado na Tabela 18, acima. É importante salientar que, de acordo com os relatos, os homens aqui mencionados sempre apresentam mais de um tipo de motivação para violência, por isso os números excedem.

Em todos os casos, a motivação da violência é um aglomerado de motivos fúteis, porém bastante nocivos, como machismo, comportamento agressivo, ciúmes, o que demonstra claramente a necessidade de tratamento e punição destes homens que ao longo de seu processo de convívio social não conseguiram administrar de forma civilizada seus impulsos e

utilizando-seda força física, econômica ou outro qualquer subterfúgio abusam de mulheres por questões não resolvidas deles próprios. Quanto ao Boletim de Ocorrência feito pelas participantes, apresentarmos a seguir na Tabela 19.

Tabela 19. Boletim de Ocorrência.

Boletim de Ocorrência		
Especificação	Quantidade	Percentual
Sim	151	84,8%
Não	27	15,2%
Total Geral	178	100,0%

Concessão de Medida Protetiva De Urgência (MPU)		
Especificação	Quantidade	Percentual
Sim	118	66,3%
Não	60	33,7%
Total Geral	178	100,0%

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

De todos os casos atendidos, 84,8% das mulheres fizeram boletins de ocorrência, fato que mostra o romper do silêncio da violência doméstica e familiar no âmbito de suas relações, mas também que 15,2% dessa amostra ainda sofre calada os mastratos advindos de seus companheiros. No entanto, quando se verifica a aplicação de medidas protetivas, apenas 66,3% tiveram sua concessão, dados que podem gerar reflexões sobre um outro tipo de violência: a institucional, conforme foi apresentado na Tabela 19, acima.

4. Considerações Finais

Diante o exposto, observou-se que os casos apresentam um aglomerado de motivos fúteis que levam a violência física por parte do homem, o que demonstra a grande necessidade de tratamento e punição aos homens que não conseguem administrar seus impulsos e utilizam da força física, econômica ou psicológica para abusar das mulheres por questões não resolvidas deles próprios.

Nela, conclui-se que a maior parte das mulheres entrevistadas buscam a ajuda através do boletim de ocorrência, denunciando as agressões, mas que o sistema deixa a desejar no que se trata da medida protetiva regulamentada por lei. Percebeu-se também através dos dados apresentados que as mulheres acima “citadas” dependem financeiramente do seu parceiro, fazendo com que as mesmas decidam permanecer na relação.

Dentro dos dados estudados, os mesmos apresentam os tipos de violência que ocorrem dentro do relacionamento abusivo, a psicológica foi identificada com maior percentual, em seguida a física, a moral e após a patrimonial. Sendo assim, se faz necessário entender com mais profundidade sobre a violência psicológica, suas características e formas com maior assertividade para demonstração de sua materialidade enquanto provas, uma vez que não são passíveis de detecção junto ao exame de corpo de delito, o que se torna um dos maiores desafios que se impõem ao sistema de justiça e de proteção à mulher.

Ainda tratando-se da violência psicológica a pesquisa possibilitou a verificação de que o companheiro a partir do momento que causa vergonha, medo, frustração a mulher sente a obrigação de permanecer na relação conjugal, propiciando à vítima sentimento de impotência o que a leva a não relatar sobre a violência por medo de vingança do agressor, assim, a violênciapsicológica acaba se tornando velada dentro de casa.

Dessa forma, para prevenir a violência, primeiro precisamos entender o que ela significa. Pois, é difícil combater o que de fato não se conhece. Partindo desse ponto, vamos compreender o que é violência, a ONU (2006a; 2006b) inclui

modalidades invisíveis, sistêmicas, cujos impactos são mais difíceis de mensurar. Sobretudo, precisamos entender que nem toda violência é visível. Quando a televisão nos mostra guerras, assaltos e assassinatos, fica fácil colocar contornos no que significa ser violento. Mas, tem a violência psicológica, que está só pode ser descrita pelo indivíduo acometido por tal.

O primeiro passo é esse, fazer com que se aprenda os tipos de violência, após, que se possível, faça campanha de prevenção a violência. Como citado acima, a ONU (2006a; 2006b) destaca a saúde pública como um fator relevante. Isso significa que o olhar da ONU não está voltado para o paciente individual, mas para atos que beneficiem o maior número de pessoas possível. Então, a psicoeducação se faz necessário na comunidade, incentivar a independência feminina, falar sobre a rede de apoio para mulheres, sendo esta familiar ou não.

Referências

- Alfaia, C. (2019). *Violência contra a mulher negra: efeitos sobre suas relações socioeconômicas e afetivas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Belém.
- Baldissera, D., Paim, K., Predebon, B. M., & Feix, L. (2021). Contribuições da Terapia do Esquema em relacionamentos conjugais abusivos: uma revisão narrativa. *PSI UNISC*, 5(1), p. 51-67.
- Barretto, R. (2018). Relacionamentos Abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. *Gênero*, Niterói, 18(2), p. 142-154.
- Bobato, S. T., Alves, B., Benvinuti, J., & Becker, A. P. S. (2021). Violência nos relacionamentos amorosos de estudantes universitários. *Psicologia Argumento*, 39(107), p. 1199-1219.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil. (2020). *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Nota Técnica nº 5/2020.
- Brasil. (2011). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. *Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
- Burd, A. C. J., & Martins, C. C. R. B. (2018). Repercussões da violência psicológica contra a mulher na relação conjugal. *Revista 42 Brasileira de Ciências da Vida*, 6(2).
- Costa, C. B., & Cenci, C. M. B. (2014). A relação conjugal diante da infidelidade: A perspectiva do homem infiel. *Pensando Famílias*, 18(1), p. 19-34.
- D'Agostini, M., Zanin, C. A. da S., Moro, C. D., Czismoski, D. F., Giacometti, E. de, Oliveira, J. C. S. D., Basso, T. R. S., & Algeri, V. (2021). Representações sociais sobre relacionamento abusivo. *Brazilian Journal of Development*, 7(2), p. 20701–20721.
- Gomes, L. K. G. R., & Assunção, M. M. S. de. (2022). Relacionamentos Amorosos Abusivos. *Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas*, 6(12), p. 271-294.
- Gomes, N. P., et al. (2012). Homens e Mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. *Rev. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, 33(2), p. 109-116.
- Gomes, I. (2018). *A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada*. Universidade Federal de Alagoas. Centro de Referência da Assistência Social de Campo Alegre – Alagoas. Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, 38(94).
- Londero-Santos, A., Natividade, J. C., & Carneiro, T. F. (2021). Uma medida de satisfação com o relacionamento amoroso. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 20(1), p. 11-22.
- Lopes, C. D. M., & da Silva, I. P. (2021). Considerações acerca do relacionamento abusivo e uma análise das contingências que o envolvem. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, 37(72), p. 160-168.
- Lourenço, L. M., & Costa, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), p. 1- 18.
- Minayo, M., Assis, S., & Njaine, K. (2011). *É possível construir relações amorosas sem violência?* In: Minayo, M., Assis, S., & Njaine, K. (Orgs.). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Modena, M. (2016). *Conceitos e formas de violência*. Fundação Universidade de Caxias Do Sul. Universidade de Caxias do Sul. Conselho Editorial Da EDUCS. Caxias do Sul.
- Nicolodi, L. G. (2020). *Considerações sobre o patriarcado na perspectiva analítico comportamental*. Orientador: Maria Helena Leite Hunziker. 2020. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo
- Onu. (2006a). *Ending violence against women: from words to action: Study of the Secretary-General: Executive summary*.
- Onu. (2006b). *Secretary-General's In-depth Study on Violence Against Women A/61/122/Add.1*.

- Pinto, M. G. (2018). *Permanecer, abandonar ou retomar à relação abusiva: percepção de mulheres vítimas de violência conjugal*. Dissertação (Mestrado em Criminologia).
- Procópio, A. S. (2007). *Quando amar é sofrer: um estudo dos discursos sobre gênero e afetividade das mulheres que amam demais anônimas*. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Mestrado em Sociologia, Goiânia.
- Queiroz, T. C. (2014). *Concepção de mulheres em situação de violência doméstica*. Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória.
- Rosa, L. W., & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo *Revista da SPAGESP*, 15(1), p. 17-32.
- Smeha, L. N., & de Oliveira, M. V. (2013). Os relacionamentos amorosos na contemporaneidade sob a óptica dos adultos jovens. *Psicologia: teoria e prática*, 15(2), p. 33-45.
- Silva, A. F. C., Alves, C. G., Machado, G. D., Meine, I. R., Silva, R. M., & Carlesso, J. P. P. (2020). Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9(3).
- Silva, D., & Silva, R. L. F. C. (2020). Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. *Humanidades & Tecnologia em Revista*.
- Silva, Erika L. M., Bovolini, T., Sardinha, L. S., & Lemos, V. (2019). Um olhar da psicologia sobre a autoestima de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Diálogos Interdisciplinares*.
- Silva, M. A., Falbo, N. G. H., & Cabral, F. J. E. (2009). Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. *Psicologia em Estudo*; 14(1), p. 121-127.
- Souza, S. D., & Oshiro, C. Poleti. Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público e a igreja têm a ver com isso? *Caminhos*, v. 16, n. 2, p. 203-219.